

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 19 de agosto de 2021 às 08h02
Seleção de Notícias

G1 - Globo | BR

Pirataria

Polícia faz operação contra confecções que falsificam camisas de times de futebol em Aparecida e Roseira	3
<small>AFEGANISTÃO</small>	

Yahoo! Notícias Brasil | SP

19 de agosto de 2021 | Pirataria

Operação policial combate venda de produtos ilegais na orla de Copacabana	4
<small>CAPA</small>	

Blog do Ancelmo Gois - Globo Online | BR

19 de agosto de 2021 | ABPI

Duas Linhas e Meia (19-08-2021)	6
<small>ANCELMO GOIS CAROL</small>	

Migalhas | BR

ABPI | Luiz Edgard Montauray Pimenta

MIGALHAS nº 5.168	7
--------------------------------	----------

Direitos Autorais | Direito de Imagem

De Tiririca a Paula Toller: potenciais violações aos direitos autorais	8
---	----------

Polícia faz operação contra confecções que falsificam camisas de times de futebol em Aparecida e Roseira



Os três homens responsáveis pelos locais foram detidos e encaminhados à delegacia para prestarem esclarecimentos. De acordo com a polícia, eles podem responder por crime contra a propriedade intelectual.

2 de 2

Empresas falsificavam roupas de time - Foto: Divulgação/Polícia Civil
Empresas falsificavam roupas de time - Foto: Divulgação/Polícia Civil

200 vídeos .

Alvos eram investigados por confeccionarem para a venda na região roupas falsificadas de grandes grifes.

1 de 2

Empresa falsificava camisetas de time - Foto: Divulgação/Polícia Civil
Empresa falsificava camisetas de time - Foto: Divulgação/Polícia Civil

Uma ação da Polícia Civil de São Paulo contra **falsificação** apreendeu milhares de peças de roupas em Aparecida e Roseira na manhã desta quarta-feira (18). De acordo com a polícia, nos endereços das apreensões ficavam confecções que falsificavam peças de grife.

A ação foi feita por uma equipe de policiais que investiga crimes de **pirataria** na região. De acordo com a polícia, eles investigavam a venda de **produtos** piratas e rastrearam os endereços onde eram feitas as **falsificações**.

Entre os endereços estavam confecções nos bairros Jardim Paraíba e Itaguaçu, em Aparecida; e Jardim São Pedro, em Roseira. Nos locais, foram apreendidas milhares de camisetas de times de futebol falsificadas, além de equipamentos e emblemas.

Operação policial combate venda de produtos ilegais na orla de Copacabana

CAPA

RIO - Pessoas que vendem mercadorias na Orla de Copacabana, na Zona Sul do Rio, entre os postos 3 e 5, foram alvos de uma operação da Polícia Civil no começo da noite desta quarta-feira. O objetivo era identificar crimes como a venda de **produtos** piratas, sobrepreços e até extorsões. Sete pessoas foram conduzidas para a delegacia de Ipanema para explicarem a procedência das mercadorias que vendiam.

Além disso, os agentes miraram um bando de criminosos que furtam com bicicleta na região. Policiais da Delegacia de Atendimento do Turismo (Deat), Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Propriedade Imaterial (DRCPIM), 12ª DP (Copacabana), 13ª DP (Ipanema) e 19º BPM (Copacabana) e a Guarda Municipal participaram da ação. Na última semana, policiais da 13ª DP (Ipanema), em ação conjunta com agentes do Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (BPTur) e do Copacabana Presente, prenderam em flagrante um homem acusado de ser o chefe de uma quadrilha que atua cometendo furtos e roubos pedalando bicicletas. Segundo a polícia, Leandro Cid Costa, de 24 anos, alugava por R\$ 150 por semana os equipamentos para que mais de dez pessoas os utilizassem nos crimes, em ruas da Zona Sul do Rio, sobretudo na Orla de Copacabana.

Prisão na cúpula da Seap: Câmeras de segurança de presídio registraram entradas de secretário em visita a traficante De acordo com os investigadores, uma quadrilha tem se organizado para vender produtos ilegais e irregulares nas calçadas de Copacabana. Existem diversas reclamações de moradores e do setor de turismo da desorganização do calçadão. Além disso, existem crimes como o furtos de cordões, de bicicletas, e sobretudo de celulares e joias de turistas e moradores - disse a delegada Patrícia da Costa Araújo de Alemany, titular da Deat. Camisas de diversos times de futebol - que violam o **direito** autoral, já que

não eram confeccionadas pelas marcas - foram apreendidas. Os objetos estavam na Feirinha do Posto 5. O material passará por perícia no Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE).

Continue lendo

Morte em Ipanema: Ele morreu no lugar que mais amou na vida, diz sobrinha de músico encontrado no Arpoador

Segundo o delegado Felipe Santoro da Silva, titular da 13ª DP, "atualmente existe uma ocupação irregular" nas calçadas de Copacabana. - Esse é um trabalho de inteligência que acontece há alguns meses, após denúncias de moradores e turistas que relatavam a desordem urbana. Estamos identificando quem fornece e quem vende os produtos roubados. Além disso, estamos identificando os criminosos que praticam crimes na região - destacou Felipe Santoro. Segundo o delegado, a investigação vai prosseguir para para identificar os empresários que fornecem os **produtos** piratas. André Luiz de Souza Neves, delegado titular da DRCPIM, afirmou que sete barracas que vendiam produtos falsificados foram fechadas e os lojistas levados para a delegacia. - Constatamos que em sete barracas haviam fraudes e todo o material foi apreendidos. Os proprietários serão indicados pelo crime de **falsificação**.

Na mira, a "gangue das bikes" A 13ª DP está investigando um grupo que pessoas que assaltam não orla de bicicleta. Os integrantes da "gangue das bikes" são conhecidos por praticar arrastões, montados em bikes, furtando e roubando celulares, joias e outros pertences das vítimas. De acordo com as investigações, eles se reúnem próximo a bares de Copacabana e se organizam de modo a dividir as tarefas de identificação das vítimas, aproximação, subtração de seus bens e fuga com os objetos de valor. Segundo

Continuação: Operação policial combate venda de produtos ilegais na orla de Copacabana

a polícia, no fim do dia as bicicletas são devolvidas a Leandro Cid, que as guarda em local ainda não descoberto. Quando perdem ou têm os equipamentos apreendidos, os criminosos são obrigados a pagar R\$ 500 ao chefe da quadrilha. Os investigadores acreditam que o grupo esteja em atuação há pelo menos sete anos na região.

Investigação: Músico encontrado morto no Arpoador entrou no Parque Garota de Ipanema quando local já estava fechado De acordo com o delegado Felipe Santoro, titular da 13ª DP, Leandro apresenta, em seu Re-

gistro de Vida Progressa (RVP), 21 anotações, por crimes como tráfico de drogas, associação criminosa, roubo, furto, desacato e receptação. Encaminhado a audiência de custódia, Leandro teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pela juíza Daniele Lima Pires Barbosa. Em seu despacho, a magistrada cita o risco provocado pela manutenção dele em liberdade. "Trata-se de crime grave, o qual enseja um ambiente preocupante à paz social dessa comarca", justifica.

Duas Linhas e Meia (19-08-2021)



. O psicanalista e diretor de teatro Antonio Quinet está indo em setembro para Paris e com a agenda cheia. Ele lança lá, no dia 18, o livro "O inconsciente teatral", no Salão da Nouvelles Edition du Champ Lacanien, que fica no Montparnasse, e também vai dar uma palestra no local sobre teatro e histeria.

. O empresário Claudio Castro, diretor da Sergio Castro Imóveis, é o convidado da live sobre Recuperação de Investimentos no Rio, hoje, às 19h, no Instagram do cientista político Bruno Kazuhiro.

. Alessandro Acayaba de Toledo, presidente da Associação Nacional das Administradoras de Benefícios (ANAB), e Paulo Rebello, diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), foram convidados pela Amcham para dar palestra nesta quinta (19), 10h, sobre o futuro dos planos de saúde. A ANS acaba de divulgar, inclusive, que aumentou em 42% a consulta sobre portabilidade de contratos no site da agência. O papo será on-line.

. Por iniciativa do seu presidente, professor Celso Niskier, a Associação Brasileira das Mantenedoras do Ensino Superior, para comemorar os seus 39 anos de existência, entregará a três personalidades, no próximo dia 31, a ordem do Mérito ABMES da Educação Superior. Serão premiados o acadêmico Arnaldo Niskier, o Senador Izalci Lucas e a professora Maria Helena Guimarães de Castro. A entrega será em Brasília, de forma virtual.

. O advogado Rhuan Quintanilha, sócio do escritório Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello, irá moderar o painel- 5G e Inovação para o Brasil, no 41º congresso da **ABPI**. O painel ocorre no dia 23, às 14h30.

MIGALHAS nº 5.168

(...) . () Sócio da banca Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello Advogados, Luiz Edgard Montauray Pimenta, presidente da ABPI - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, será moderador da plenária 4 "25 anos da LPI e sua Modernização" no 41º Congresso anual da ABPI, que contará com a participação de Enzo Baiocchi, professor de Direito Comercial da UERJ e da UFRJ, Márcia Maria Nunes de Barros, juíza Federal Titular da 13ª Vara Federal do RJ. A plenária acontece dia 26/8, às 14h30. O Congresso será realizado de 23 a 26/8. () Escritório Cescon Barriou Advogados promove uma série de três encontros virtuais sobre "O Marketplace e a Gestão de Informação". O primeiro acontece hoje e vai abordar "O papel do Marketplace na nova economia - A captura e uso dos dados e a LGPD". Os demais webinars serão nos dias 25/8 e 1º/9. () Covac - Sociedade de Advogados completa mais um ano de atuação e, para celebrar, promove a partir de hoje até a 8/9 uma série de webinars com os sócios do escritório, sempre às quartas-feiras, 10h. Iniciando a programação, José Roberto Covac e João Paulo de C. Echeverria vão fa-

lar sobre "Planejando e preparando para quando 2022 chegar". () Dia 14/9, inicia o "Curso Prático de Arbitragem", 100% online, organizado pelo CPA. A coordenação é de Joaquim de Paiva Muniz (Trench Rossi Watanabe). () O programa "Por dentro do Direito do Trabalho em 1 minuto", organizado pelo escritório Araújo e Policastro Advogados, traz na edição 26 o tema "As providências que devem ser tomadas pelas empresas em caso de vazamento de dados pessoais", com comentários da advogada Flavia Dainese. () Ministro do TCU e embaixador da Rede Governança Brasil, Augusto Nardes apresentou na última quinta-feira, no Distrito Federal, uma palestra intitulada "Os mecanismos de governança na retomada do crescimento econômico brasileiro", direcionada para empresários de Brasília. ()

Arbitragem e Mediação Empresarial

As inscrições (...)

De Tiririca a Paula Toller: potenciais violações aos direitos autorais



De Tiririca a Paula Toller: o uso de jinglê e obras artísticas em campanhas eleitorais e as potenciais violações aos **direitos** autorais Henrique Cazerta de Godoy Bueno e Artur Morandi El Faro Obras musicais são criações do espírito, protegidas pelo artigo 7º, inciso V da lei de **Direitos** Autorais (lei 9.610/1998), de modo que a sua utilização por terceiros deve ser precedida de autorização dada pelo titular de seus direitos patrimoniais. quarta-feira, 18 de agosto de 2021

A polarização observada nos últimos anos no Brasil é capaz de produzir, além de tensão nos ambientes políticos, nas redes sociais e até nas ruas (mais em épocas pré-pandêmicas, é verdade), até mesmo conflitos em torno de **direitos** autorais sobre obras musicais e audiovisuais usadas em propagandas eleitorais. Não é surpresa, afinal alguns jingles se tornaram de tal forma conectados à história política de determinados candidatos que, por vezes, esquece-se que tais obras foram originalmente criadas por artistas que podem ou não concordar com as plataformas defendidas pelo candidato por trás do jingle.



O tema ganhou mais destaque recentemente por conta da condenação da Deputada Federal Carla Zambelli, que usou sem autorização a música "XiqueXique", de autoria de Tom Zé e José Miguel Wisnik, em material publicado nas redes sociais em apoio ao Presidente Jair Bolsonaro. O caso foi julgado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo¹, que condenou a parlamentar ao pagamento de indenização no valor de R\$ 65 mil, ao afastar a tese de defesa de que o uso da obra se daria apenas em "pequeno trecho".

Em pesquisa realizada nos Tribunais de Justiça de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, e também no Tribunal Superior Eleitoral, entre os anos de 2013 e 2021, foram encontrados 18 processos dessa natureza², seja relativo a jingles musicais ou a outras obras utilizadas para propaganda política. Ao con-

Continuação: De Tiririca a Paula Toller: potenciais violações aos direitos autorais

trário do que se poderia imaginar, contudo, não foi observado um aumento no ajuizamento de ações em reflexo à intensificação do ambiente político polarizado, ainda que o espaço amostral da pesquisa abranja período representativo, atravessando desde a contraposição entre PT e PSDB, manifestações e impeachment da Presidente Dilma Rousseff, governo de Michel Temer e até o atual embate entre bolsonarismo e petismo.

Há, isso sim, acentuada tendência de proteção aos direitos do autor sobre a obra, uma vez que a simples falta de autorização de uso pelo autor ou, minimamente, de créditos conferidos a ele, configurariam ato ilícito. Sob essa perspectiva, as condenações, em geral, abrangem a indenização tanto por danos morais como materiais, como no já citado caso da Deputada Federal Carla Zambelli.

Como se sabe, as obras musicais são criações do espírito, protegidas pelo artigo 7º, inciso V da lei de **Direitos** Autorais (lei 9.610/98), de modo que a sua utilização por terceiros deve ser precedida de autorização dada pelo titular de seus direitos patrimoniais, além de haver a indicação de autoria, nos termos dos artigos 29 e 24, inciso II da lei de Direitos Autorais³, respectivamente.

É também assegurado ao autor da obra, na qualidade de titular dos direitos morais sobre sua criação, a proteção da integridade de sua obra intelectual, inclusive contra práticas que possam atingir sua reputação e honra, nos termos do artigo 24, inciso IV da lei de Direitos Autorais⁴.

Como defesa a esse tipo de demanda envolvendo jingles e similares, é recorrente a alegação de que a utilização da obra seria uma forma de paródia, o que dispensaria autorização prévia e não configuraria violação aos **direitos** autorais, por conta de previsão expressa do artigo 47 da lei de Direitos Autorais⁵. Ainda, outro argumento de defesa frequente é que o jingle ou obra audiovisual eleitoreira reproduziria apenas pequeno trecho da obra original e, por não ser

o objeto principal da obra nova, tal uso estaria contido na exceção do artigo 46, inciso VIII da lei de Direitos Autorais⁶.

Entretanto, o que se observou da maioria dos precedentes encontrados é que os usos "políticos" de obras não têm sido enquadrados, pelos tribunais, como uma das exceções previstas na lei de **Direitos** Autorais para uso livre de obras protegidas por **direitos** autorais.

Um importante aspecto que merece análise mais atenta é que o uso de obra artística para produção de material político-partidário, sem autorização prévia do autor, possibilita uma vinculação involuntária (e, às vezes, indesejada) do autor às mensagens políticas divulgadas, o que é ainda mais grave em se considerando a obra como uma expressão do espírito humano do artista.

Tal preocupação pôde ser notada em alguns julgados. É novamente elucidativo o acórdão que julgou o recurso interposto pela Deputada Federal Carla Zambelli, a ver: "Também há menção à compra de cloroquina em um dos outdoors que apareceu no vídeo. A comunidade científica nunca considerou esse remédio eficaz contra o coronavírus que causa a Covid-19, o que também afasta a alegação de que o vídeo foi informativo e o que contribuiu para o desconforto dos coautores ao se verem associados a uma política pública evidente e sabidamente equivocada."⁷.

Igualmente, em sentença que condenou o Partido dos Trabalhadores por fazer uso de obra do compositor Billy Blanco em jingle de campanha de deputados estaduais, asseverou-se o seguinte:

"Alegam os autores que o autor, se vivo fosse, não consentiria de forma alguma com a utilização em questão, uma vez que vincularia sua obra a um partido político (fls. 22). Tal alegação é bem verossímil, já que a utilização de obra em campanha eleitoral realmente pode macular a honra e reputação de seu

Continuação: De Tiririca a Paula Toller: potenciais violações aos direitos autorais

autor, especialmente quando o noticiário atual apresenta inúmeras notícias negativas contra tal partido político."8

Quanto à possibilidade de o uso da obra para tais fins caracterizar paródia, o que seria autorizado pela lei, vale destacar, uma vez mais, o caso recente envolvendo a obra musical "Pintura Íntima", de coautoria da cantora Paula Toller. Nele, o Partido dos Trabalhadores foi novamente condenado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro9 a indenizar pelos danos morais e materiais causados, tendo sido afastada, por unanimidade, a alegação de que o uso teria configurado paródia ou paráfrase, já que não se poderia "confundir liberdade de criação [...] com a usurpação de obra alheia" para fins comerciais.

Em sentido contrário, mas o único encontrado, há o Recurso Especial 1810440/SP10, recentemente julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, em que se reconheceu a paródia da obra musical "O Portão" feita pelo então candidato "Tiririca", em campanha política para reeleição.

Na ocasião, a corte superior entendeu que a paródia seria verdadeira limitação ao direito do autor, não configurando qualquer ato ilícito desde que não seja verdadeira reprodução da obra original ou que a ela implique descrédito, razão pela qual seria desnecessária a autorização do titular da obra parodiada e irrelevante sua finalidade, seja "comercial, eleitoral, educativa, puramente artística ou qualquer outra". Ainda, asseveram os ministros que nenhuma obra literária, artística ou intelectual é exclusiva de seu titular, vez que não se pode impedir que os demais desfrutem diretamente dos bens imateriais.

É claro que a utilização de uma obra protegida por **direitos** autorais, seja em jingles, vídeos políticos, ou até campanhas políticas, e a verificação de seu possível enquadramento nas exceções previstas nos artigos 46, inciso VIII, e 47 da lei de **Direitos** Autorais dependem das peculiaridades do caso concreto, em especial da representatividade da obra original no

material "eleitoreiro" e do potencial descrédito causado à obra primígena. Todavia, é importante notar que os tribunais têm dado indicativos de como deve ser feita a análise, demonstrando justificada preocupação em proteger os autores da vinculação não-autorizada de suas obras a mensagens políticas com as quais podem não concordar.

1 "INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS **Direitos** autorais Veiculação de trecho de música em vídeo de caráter político - Ausência de autorização e de identificação dos autores da obra - Procedência - Insurgência da ré - Descabimento - Direitos morais dos autores violados - Inteligência do art. 24, II, c/c o art. 108, ambos da lei 9.610/98 - Inaplicabilidade do art. 46, II, da lei 9.610/98 - Ausência de veiculação privada e de cunho informativo - Danos materiais não impugnados especificamente - RECURSO IMPROVIDO." (TJRJ; Apelação 1072763-75.2020.8.26.0100; 7ª Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Miguel Brandi; j. em 27.07.2021)

2 Processos de 0001581-59.2016.6.26.0001, 4235-90. 2014.6.26.0000, 0000425-21.2016.6.26.020 0, 0053565-60.2007.8.07 .0001, 0159309-88.2019.8.19 .0001, 0090503-21.2007.8.19 .0001, 0177949-42.2019.8.19 .0001, 0012637-54.2009.8.19 .0004, 0004353-45.2012.8.26 .0299, 0000678-65.2013.8.26 .0323, 0018679-76.2013.8.26 .0007, 1092453-03.2014.8.26 .0100, 1079408-58.2016.8.26 .0100, 1005264-79.2016.8.26 .0176, 1114415-82.2014.8.26 .0100, 1010479-62.2019.8.26 .0004, 1028239-78.2016.8.26 .0602, 1072763-75.2020.8.26 .0100.

Continuação: De Tiririca a Paula Toller: potenciais violações aos direitos autorais

3 Art. 29. Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como:

Art. 24. São direitos morais do autor:

II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra;

4 Art. 24. São direitos morais do autor:

IV - o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra;

5 Art. 47. São livres as paráfrases e paródias que não forem verdadeiras reproduções da obra originária nem lhe implicarem descrédito.

6 Art. 46. Não constitui ofensa aos **direitos** autorais: VIII - a reprodução, em quaisquer obras, de pequenos trechos de obras preexistentes, de qualquer natureza, ou de obra integral, quando de artes plásticas, sempre que a reprodução em si não seja o objetivo principal da obra nova e que não prejudique a exploração normal da obra reproduzida nem cause um prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores.

7 TJSP; Apelação 1072763-75.2020.8.26.0100; 7ª Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Miguel Brandi; j. em 27.07.2021.

8 TJSP; Ação indenizatório 1114415-82.2014.8.26.01 00; 20ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo; j. em 18.02.2019.

9 CIVIL - **DIREITO** AUTORAL E PROCESSUALCIVIL. APELAÇÃO. OBRA MUSICAL "PINTURA ÍNTIMA". DIVULGAÇÃO NÃO AUTORIZADA DA CANÇÃO EM CAMPANHA PUBLICITÁRIA ELEITORAL.

PRETENSÃO AO RECEBIMENTO DE DANO MATERIAL E MORAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE **DIREITO** AUTORAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Uso indevido da obra musical "Pintura Íntima" em campanha publicitária do Partido dos Trabalhadores, sem a correspondente autorização da coautora Paula Toller Amora. Enriquecimento ilícito vedado pelo ordenamento jurídico. Inexistência de paráfrase ou paródia, pois há correlação direta à obra musical. Não se pode confundir a liberdade de criação, amparada pelo art. 8º, VII da lei 9.610/98 com a usurpação de obra alheia, ou mesmo comum, para fins comerciais. Não se pode alargar a ideia de paráfrase ou paródia, contida no art. 47 da lei de **Direitos** Autorais, para legitimar o uso lucrativo e indevido de obra alheia ou comum protegida. Menção ao nome da cantora/autora, famosa intérprete da composição conhecida "Pintura Íntima", cuja pretensão foi corretamente acolhida em primeiro grau de jurisdição. Dano moral configurado e valor bem fixado em R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). Dano material fixado em duas vezes o valor do licenciamento da imagem e dos **direitos** autorais e artísticos que deverão ser apurados em liquidação de sentença. Julgamento extra petita, eis que inexistente pedido de direito de intérprete e **direito** de imagem. Recurso conhecido e parcialmente provido. (TJRJ; Apelação 0177949-42.2019.8.19.0001; 17ª Câmara Cível; Rel. Des. Lindolpho Morais Marinho; j. em 16.03.2021)

10 RECURSO ESPECIAL. **DIREITO** AUTORAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. 1. ADEQUAÇÃO DA TUTELA ENTREGUE. PREQUESTIONAMENTO FICTO. ART. 1.025 DO CPC/2015. 2. ILEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA. TEORIA DA ASSERTÃO. CONTEXTO FÁTICO NARRADO NA PETIÇÃO INICIAL. PARTES LEGÍTIMAS. 3. PARÓDIA. CARACTERIZAÇÃO. FINALIDADE ELEITORAL. IRRELEVÂNCIA. 4. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Recurso especial que debate a utilização pelos re-

Continuação: De Tiririca a Paula Toller: potenciais violações aos direitos autorais

correntes de obra lítero-musical de titularidade da recorrida, sem autorização, para elaboração de paródia com finalidade de propaganda eleitoral.

2. O Código de Processo Civil de 2015 faculta a supressão de grau, quando alegada e constatada a existência de vício previsto no art. 1.022, por meio da admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15). Precedentes.

3. As condições da ação são verificadas de acordo com a teoria da asserção, razão pela qual, para que se reconheça a ilegitimidade ad causam, os argumentos aduzidos na inicial devem possibilitar a inferência, em um exame puramente abstrato, de que o réu pode ser o sujeito responsável pela violação do direito subjetivo alegado pelo autor. Precedentes.

4. A paródia é forma de expressão do pensamento, é imitação de composição literária, filme, música, obra qualquer, que resulta em composição nova, por meio da qual se identifica a remissão à obra original que é adaptada a um novo contexto, com versão diferente.

5. A paródia é uma das limitações do direito de autor,

com previsão no art. 47 da lei 9.610/1998, que prevê serem livres as paráfrases e paródias que não forem verdadeiras reproduções da obra originária nem lhe implicarem descrédito. Respeitadas essas condições, é desnecessária a autorização do titular da obra parodiada.

6. A finalidade da paródia, se comercial, eleitoral, educativa, puramente artística ou qualquer outra, é indiferente para a caracterização de sua licitude e liberdade assegurada pela Lei n. 9.610/1998.

7. Recurso especial provido. (STJ; EREsp 1810440/SP; 3ª Turma; Rel. Min Marco Aurélio Bellizze; j. em 12.11.2019)

Atualizado em: 18/8/2021 08:24 Henrique Cazerta de Godoy Bueno Advogado do escritório Gusmão & Labrunie - Propriedade Intelectual. Artur Morandi El Faro Colaborador do escritório Gusmão & Labrunie - Propriedade Intelectual.

Índice remissivo de assuntos

Pirataria

3, 4

Direitos Autorais

4, 8

ABPI

6, 7

Marco regulatório | INPI

7

**Direitos Autorais | Direito da Per-
sonalidade**

7

ABPI | Luiz Edgard Montaury Pimenta

7

Direitos Autorais | Direito de Imagem

8